

## **BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES (2018-2023)**

REVIEW OF ACADEMIC PRODUCTION ON THE NEW HIGH SCHOOL MODEL IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THESIS AND DISSERTATIONS (2018–2023)

Grazielle Haas Tibes<sup>1</sup>

ORCID <https://orcid.org/0009-0007-0651-3201>

Camila Regina Rostirola<sup>2</sup>

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8280-8879>

### **Resumo:**

O artigo tem como objetivo analisar como a produção científica do campo da educação trata o debate sobre o Novo Ensino Médio. O levantamento das produções foi realizado no Banco de Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e compreendeu o recorte temporal de 2018 a 2023. O resultado inicial da busca foi de dois mil setecentos e cinquenta e dois trabalhos. No entanto, após aplicar os filtros e os critérios de exclusão, restaram 100 pesquisas para análise, as quais foram agrupadas em quatro categorias e cinco subcategorias, a saber: 1. Novo Ensino Médio (Implementação da reforma nas escolas, Políticas que norteiam a reforma: desafios, avanços e retrocessos); 2. Formação docente e discente; 3. Currículo (Formação Geral Básica, Itinerários Formativos, BNCC); 4. Educação para o trabalho/empreendedorismo. Os resultados da análise evidenciam um maior número de publicações sobre o currículo do Novo Ensino Médio, com predominância de pesquisas em Programas de Pós-Graduação das regiões Sul e Sudeste. Também se observou um número reduzido de produções que versam sobre os temas da formação docente e discente, educação para o trabalho e o empreendedorismo. Esses aspectos sinalizam por onde podem perpassar os próximos estudos que tratam sobre o Novo Ensino Médio no Brasil.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Novo Ensino Médio. Revisão de literatura.

### **Abstract:**

The article aims to analyze how scientific production in the field of education addresses the debate on the New High School model. The survey of productions was carried out in the Thesis and Dissertation Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) and covered the period from 2018 to 2023. The initial result of the search was two thousand seven hundred and fifty-two works. However, after applying the filters and exclusion criteria, 100 studies remained for analysis, which were grouped into 4 categories and 5

<sup>1</sup> Supervisora escolar na Escola de Educação Básica Sete de Setembro, Águas Frias, Santa Catarina/Brasil.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba/Santa Catarina/Brasil.

subcategories, namely: 1. New Secondary Education (Implementation of reform in schools, Policies that guide the reform: challenges, advances and setbacks); 2. Teacher and student training; 3. Curriculum (Basic General Training, Training Itineraries, BNCC); 4. Education for work/entrepreneurship. The results of the analysis reveal a greater number of publications on the New High School curriculum, with a predominance of research conducted in Graduate Programs in the South and Southeast regions. There was also a reduced number of productions dealing with the themes of teacher and student training, education for work, and entrepreneurship. These findings point to potential directions for future research on the New High School model in Brazil.

**Keywords:** Educational Policies. New High School Model. Literature Review.

## INTRODUÇÃO

O Ensino Médio, reconhecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como a terceira etapa da educação básica, passou, ao longo dos anos, por mudanças significativas em sua concepção, estrutura e formas de organização. Tais transformações refletem as tentativas de adequar essa etapa educacional às demandas impostas pelos contextos políticos e econômicos em diferentes momentos da história do país.

Em 2016, em meio a um cenário de instabilidade política e de inflexões neoliberais nas políticas públicas, o Ensino Médio foi colocado no centro de intensas disputas educacionais. Sob a justificativa de que seu currículo era extenso, superficial e fragmentado, foi editada e promulgada a Medida Provisória (MP) n. 746/2016, posteriormente convertida na Lei n. 13.415/2017, que introduziu mudanças estruturais nessa etapa da educação básica (Brasil, 2017).

A aprovação da MP, de maneira acelerada e sem amplo debate com a comunidade educacional, evidenciou tensões históricas que atravessam o Ensino Médio brasileiro: de um lado, a defesa de uma formação ampla, crítica e emancipadora; de outro, a crescente influência de interesses econômicos e empresariais que pressionam por uma formação técnica, flexível e voltada à lógica da empregabilidade.

Diante dessas controvérsias, a Reforma do Ensino Médio enfrentou resistência significativa por parte da comunidade acadêmica, o que motivou um número crescente de pesquisas voltadas a compreender suas implicações e contradições. Considerando a relevância de compreender como esses estudos têm abordado a temática, o presente artigo tem como objetivo analisar como a produção científica do campo da Educação trata o debate sobre o Novo Ensino Médio.

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo que toma por base a abordagem crítica. O levantamento das produções acadêmicas foi realizado no Banco de Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), abrangendo o recorte temporal de 2018 a 2023. Para a análise do material, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, nos termos aludidos por Bardin (2006).

Considerando os apontamentos realizados, iniciamos o texto com uma breve discussão sobre o Ensino Médio. Na sequência, evidenciamos, a partir da análise da produção acadêmica, o que tem sido discutido sobre o Novo Ensino Médio no Brasil.

## NOVO ENSINO MÉDIO: ELEMENTOS PARA O DEBATE

O Ensino Médio desempenha um papel fundamental na formação dos jovens, preparando-os para sua inserção na sociedade. No entanto, em razão das transformações ocorridas no mundo do trabalho, essa etapa da educação básica – assim como as demais – também foi sofrendo mudanças ao longo dos anos. No ano de 2013, o Projeto de Lei (PL) n. 6.840 apresentou proposta de alterações na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Entre as principais mudanças, o PL buscava instituir uma jornada em tempo integral no Ensino Médio, oferecendo aos estudantes uma grade curricular com opções formativas, além de contemplar temas transversais (Câmara dos Deputados, 2013). Após estudo e posicionamento contrário de pesquisadores e especialistas na área, o PL não foi aprovado.

Em setembro de 2016 foi editada e promulgada a Medida Provisória (MP) n. 746/2016. Após tramitar e sofrer modificações no Congresso Nacional, a MP 746/16 deu origem à Lei n. 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. As principais alterações trazidas para o Ensino Médio referem-se à carga horária e à organização curricular. A carga horária mínima anual do Ensino Médio subiu de 800 para 1.400 horas. As escolas iniciaram a ampliação de forma gradual, mas nos primeiros cinco anos já deveriam oferecer 1.000 horas de aula anuais (Brasil, 2017).

Referente às questões curriculares, a Lei n. 13.415/17 define que o Novo Ensino Médio (NEM) será composto por uma base nacional, definida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual está organizada por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e apresentam finalidade de integrar dois ou mais componentes do currículo, visando uma compreensão mais ampla e complexa da realidade (Brasil, 2017). A parte diversificada dos currículos deve ser definida em cada sistema de ensino, estar articulada com a BNCC e com o contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural de cada Unidade de Ensino (Brasil, 2017).

De forma geral, a Reforma do Ensino Médio trata-se de um movimento global alinhado aos princípios neoliberais e impulsionado por organismos multilaterais (Lino; Arruda, 2023) e apresenta como seu epicentro a BNCC. Esse novo modelo pode ter implicações significativas no modo como a educação é concebida, oferecida e experienciada, especialmente no que diz respeito à equidade, à inclusão e à democratização do acesso ao conhecimento.

A indignação da sociedade e dos meios acadêmicos, sindical e estudantil de todo o país, contrários a esta educação mercantil, incentivou o Ministério da Educação (MEC) (2023) a instituir uma consulta pública por meio da Portaria n. 399, de 8 de março de 2023, para a avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio.

Após análise dos dados coletados, o MEC apresentou algumas proposições de reorganização do ensino médio, dentre as quais se destaca a recomposição da carga horária da Formação Geral Básica (FGB) para 2.400 horas, a inclusão na FGB de componentes curriculares, como espanhol, arte, educação física, literatura, história, sociologia, filosofia, geografia, química, física, biologia e educação digital e a redução do número de itinerários formativos para três, quais sejam: Linguagens, matemática e ciências da natureza; Linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; Formação técnica e profissional. A proposta, ainda, estabelece a proibição da

oferta de Educação a Distância na Formação Geral Básica, permitindo sua aplicação apenas para a Educação Profissional e Tecnológica, com limite de 20%.

A partir dessas proposições, o MEC elaborou o Projeto de Lei n. 5.230 e enviou ao Congresso Nacional, em 26 de outubro de 2023 (Câmara dos Deputados, 2023). Cabe mencionar que, além das propostas já citadas, sugere em seu art. 7º a revogação dos dispositivos da Lei n. 9.394, de 1996: a) o § 11 do art. 36; e b) o inciso IV do *caput* do art. 61; II – os art. 12 a art. 20 da Lei n. 13.415, de 2017; e III – o art. 15 da Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023<sup>3</sup>.

A PL foi aprovada com alterações no Plenário em 20 de março de 2024. As principais mudanças foram a ampliação de carga horária anual de 1.000 para 1.400 horas de forma progressiva, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. Inicialmente, a Formação Geral Básica ficará responsável por 2.400 horas e os itinerários formativos pelas 600 horas, ofertados a partir de aprofundamento das áreas de conhecimento.

Em 31 de julho de 2024 foi sancionada a Lei n. 14.945/2024, que introduz mudanças significativas no Ensino Médio brasileiro e ameniza parcialmente os efeitos da reforma de 2017. Algumas das principais alterações referem-se à formação geral básica, que terá 2.400 horas, a redução da carga horária dos Itinerários Formativos para 600 horas, a oferta de pelo menos dois itinerários formativos por escola, a possibilidade do Itinerário Técnico-Profissional ser ofertado em instituições privadas e a não obrigatoriedade da Língua Estrangeira Espanhol. Essas e demais mudanças presentes na lei entraram em vigor já no início do ano letivo de 2025 (Brasil, 2024).

Essas mudanças não suprem a preocupação sobre a mercantilização da educação e a perda da autonomia pedagógica. Além disso, a diversidade de abordagens pode mascarar desigualdades regionais e sociais. Portanto, é fundamental reavaliar o processo de elaboração e implementação da política, incorporando mecanismos de participação e consulta mais efetivos, a fim de garantir que as necessidades e aspirações da sociedade educacional sejam devidamente consideradas e atendidas.

Após contextualizar os principais marcos normativos e políticos da Reforma do Ensino Médio, o artigo avança para a análise da produção acadêmica sobre o tema, com foco em teses e dissertações publicadas entre 2018 e 2023.

## BALANÇO DA LITERATURA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

A primeira etapa do levantamento da literatura consistiu no mapeamento de teses e dissertações no Banco de Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O resultado inicial da busca foi de dois mil setecentos e

<sup>3</sup> Lei n. 9.394, de 1996, trata sobre firmar convênios com instituições de educação a distância, aceitação de profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação (Brasil, 1996). Lei n. 13.415: trata sobre a iniciação do processo de Implementação do Novo Ensino Médio, sobre a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, suas transferências de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, sobre os cumprimentos dos critérios de elegibilidade, do acompanhamento da Implementação do apoio financeiro, do fornecimento de documentação relativa à execução dos recursos recebidos, da observação dos limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual (Brasil, 2017). Art. 15 da Lei n. 14.640 Institui o Programa Escola em Tempo Integral e trata dos recursos repassados para as escolas públicas participantes da Política de Fomento.

cinquenta e dois trabalhos. Na sequência, foram aplicados os seguintes filtros: (i) recorte temporal entre os anos de 2018 a 2023; (ii) descritor: Novo Ensino Médio; (iii) Tipo: mestrado e doutorado; (iv) Grande área do conhecimento: ciências humanas; (v) Área do conhecimento: educação e (vi) Área de avaliação: educação. Após a aplicação dos filtros, resultaram cento e sessenta e seis pesquisas.

A próxima etapa do levantamento e seleção do material, ou seja, a pré-análise, foi realizada por meio da leitura e observação dos títulos das teses e dissertações. Nessa etapa, foram selecionados os trabalhos que mencionavam as palavras Novo Ensino Médio, Reforma do Ensino Médio, MP 415 de 2016 e Lei 13.415 de 2017. Desse modo, foram excluídos quarenta e sete trabalhos por abordarem sobre Educação de Grupos Específicos, pensamento geométrico, tecnologias digitais, plano nacional e estadual de educação, avaliação, ensino fundamental, escola do campo, livros didáticos, merenda escolar, evasão escolar, relações étnico-raciais, militarização de escolas, entre outros. Dezenove trabalhos não possuíam divulgação autorizada e, por isso, também foram excluídos do *corpus*.

No Quadro 1 é possível observar de forma detalhada o processo de inclusão e exclusão dos trabalhos.

**Quadro 1** – Critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos

Critério de inclusão		
Presença dos termos	Quantidade	Total
MP 415 de 2016	06	100
Lei 13.415 de 2017	11	
Novo/ Reforma do Ensino Médio	83	
Critério de exclusão		
Presença dos termos	Quantidade	Total
Infraestrutura e Acesso Planejamento e Avaliação Diversidade e Tecnologia	47	66
Estudos sem divulgação autorizada	19	

Fonte: as autoras, com base em levantamento realizado na base de dados Capes 2018-2023.

A partir do processo de inclusão e exclusão foi formado o *corpus* documental da pesquisa, o qual é composto por 100 produções. Após esta etapa realizamos a sistematização das informações, que teve início a partir do agrupamento de temáticas que convergiam entre si. Dessa

forma, organizamos os estudos em quatro categorias e cinco subcategorias, conforme apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Categorização das produções acadêmicas (teses e dissertações) sobre o Novo Ensino Médio – 2018 a 2023

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Total 100</b>
1) Novo Ensino Médio	Implementação da Reforma nas escolas	19
	Políticas que norteiam a reforma: desafios, avanços e retrocessos	13
2) Formação docente e discente e o Novo Ensino Médio	—	14
3) Currículo	Formação Geral Básica	21
	Itinerários Formativos	12
	BNCC	6
4) Educação para o trabalho/empreendedorismo	—	15

Fonte: as autoras, com base em levantamento realizado na base de dados Capes 2018-2023.

Após a categorização das produções, iniciamos a análise aprofundada das pesquisas selecionadas. Para o levantamento de dados foram consideradas tanto as características gerais dos estudos, como ano e local de publicação, tipo de produção, título, palavras-chave, orientador(a) e instituição de vínculo, quanto os aspectos relativos à estrutura da pesquisa, como o tema investigado, o objetivo geral, a metodologia adotada, os principais resultados e as contribuições da pesquisa.

A análise das publicações sobre o Novo Ensino Médio, de forma geral, permitiu identificar que as produções que compõem o *corpus* analítico abordam a Reforma Educacional sob diferentes perspectivas. Em geral, as pesquisas indicaram uma concentração significativa de publicações nos anos de 2022 e 2023, o que sinaliza que à medida que a implementação da reforma avança, isso possibilita maior acumulação de conhecimento e a coleta de informações que permitam avaliar seus impactos e desafios.

A região Sul do Brasil destacou-se com um total de 36 pesquisas, das quais 17 estão concentradas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul. É pertinente observar que esses estudos foram realizados em 10 diferentes Instituições de Ensino Superior. Por sua vez, a Região Sudeste apresentou 24 estudos, com 9 deles localizados no estado do Rio de Janeiro.

A análise dos dados evidenciou que a maioria dos estudos corresponde a dissertações, representando 75% das pesquisas identificadas. Além disso, as investigações sobre o Novo Ensino Médio revelam um dado relevante quanto ao perfil dos orientadores: 61% são mulheres, o que indica uma participação feminina expressiva e significativa na supervisão e orientação de trabalhos na pós-graduação *stricto sensu*.

As justificativas apresentadas pelas pesquisas reforçam a atualidade e a relevância da temática, especialmente considerando a profunda mudança no cenário educacional, como afirma Centenaro (2023, p. 18), “na medida em que uma Reforma promove alterações numa etapa de



ensino da educação básica e afeta um direito essencial de cada cidadão, ela merece tratamento investigativo [...]”.

Ainda, a relevância do tema pode ser atribuída ao interesse significativo que desperta entre os pesquisadores, muitos dos quais estão imersos nas realidades escolares afetadas pela implementação do Novo Ensino Médio. Consequentemente, esses profissionais, motivados por uma necessidade de esclarecimento e aprimoramento, dedicaram-se ao estudo e à pesquisa da temática em níveis mais avançados, buscando compreender as complexidades e implicações da Reforma no contexto educacional.

As investigações realizadas mostraram o predomínio de estudos documentais, que representam 52% das produções. Esses estudos concentram-se principalmente na análise das legislações e normativas que regulamentam a Reforma do Ensino Médio. Em contrapartida, 34% das pesquisas consistiram em estudos de campo, voltados à coleta de dados em Unidades Escolares que implementaram o Novo Ensino Médio, muitas das quais eram escolas-piloto. Os participantes dessas pesquisas foram, em sua maioria, docentes e gestores diretamente impactados pela reforma.

Feita essa apresentação mais geral a respeito das produções que compõem o *corpus* documental, a seguir apresentamos de forma detalhada a análise de cada categoria.

## NOVO ENSINO MÉDIO

Com base no *corpus* selecionado, foram organizadas quatro categorias analíticas. A primeira delas agrupa pesquisas que discutem de forma geral a implementação e os marcos legais da Reforma, sob o título “Novo Ensino Médio”. Nessa categoria foram integradas trinta e duas pesquisas que tratam do tema Novo Ensino Médio. Para melhor organização, a categoria foi dividida em duas subcategorias. Na primeira, intitulada de Implementação da Reforma nas escolas, foram agrupadas dezenove pesquisas, as outras treze compõem a segunda subcategoria, denominada Políticas que norteiam a reforma: desafios, avanços e retrocessos.

Essa categoria inclui publicações dos anos de 2019 a 2023, com um aumento significativo no número de publicações a partir de 2021. O ano de 2022 registrou o maior número de produções, com um total de doze pesquisas. No Quadro 3 podemos observar a distribuição das pesquisas por região, estados e universidades.

**Quadro 3** – Distribuição das pesquisas por Região, estados e IES

Região	Estado	Instituição de Ensino	Tese/ Dissertação	Quantidade
Sul	RS	UFSM	Tese	1
		UFRGS	Tese	1
		UNISC	Dissertação	1
		UPF	Tese	1
		FURG	Dissertação	1
		Unisinos	Tese Dissertação	2
	SC	FURB	Dissertação	1

	PR	Unioeste	Dissertação	1
		UFPR	Tese Dissertação	2
			UEM	Dissertação
Total				12
Nordeste	BH	UESB	Dissertação	4
	CE	UFC	Tese	1
	AL	UGFAL	Dissertação	1
	PI	UFPI	Dissertação	1
Total				7
Sudeste	SP	PUC	Tese	1
	RJ	UERJ	Dissertação	2
		UFRJ	Tese	1
		UCP	Dissertação	1
		Unirio	Dissertação	1
	MG	UFV	Dissertação	1
Total				7
Centro-Oeste	DF	UnB	Tese Dissertação	2
		Universidade Católica de Brasília	Tese	1
	MS	UFGD	Dissertação	1
		UFMS	Dissertação	1
Total				5
Norte	AP	Unifap	Dissertação	1

Fonte: as autoras a partir de dados da pesquisa.

Das 32 pesquisas analisadas, sete foram desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul, cinco no Rio de Janeiro, quatro na Bahia, quatro no Paraná, três no Distrito Federal e duas no Mato Grosso do Sul. Observa-se, portanto, uma concentração significativa na região Sul, com destaque para RS e PR, que juntos somam 11 trabalhos.

Considerando esse cenário, a região Sul sobressai com um total de 12 publicações, distribuídas entre dez instituições diferentes. Outro ponto relevante é o protagonismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), responsável por quatro dissertações, o que evidencia uma recorrência de estudos sobre o Novo Ensino Médio nessa instituição.

No que se refere aos orientadores, 19 produções foram conduzidas por mulheres, demonstrando a expressiva presença feminina na área da educação. Quanto ao nível de formação, 22 trabalhos foram realizados no âmbito do mestrado e os demais dez, no doutorado.

A partir da análise dos títulos, da subcategoria Implementação da Reforma nas escolas, foi possível perceber que as pesquisas se preocupam em avaliar a efetividade da Reforma e entender como ela é vivenciada no cotidiano escolar, seja na estruturação do currículo, na adaptação às novas exigências ou nos efeitos que ela produz sobre os alunos e professores.

As teses e dissertações que integram essa subcategoria enfocam em seus estudos, especialmente, estados, municípios ou escolas, como podemos observar nos seguintes títulos



“Desafios e Possibilidades para a Implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS” (Much, 2021); “Reforma do Ensino Médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul: materialização da Lei n. 13.415/2017 nas escolas piloto do município de Dourados-MS” (Lopes, 2021); e “A Implementação do ‘Novo’ Ensino Médio no município de Terra Roxa: texto e contextos” (Kozakowski, 2022).

No que se refere à subcategoria Políticas que norteiam a reforma: desafios, avanços e retrocessos, os títulos indicam a busca por uma contextualização da Reforma, explorando de forma aprofundada suas consequências. Ainda, por meio da análise de documentos legislativos, principalmente na Lei n. 13.415/17, buscam esclarecer dúvidas e incertezas em relação aos objetivos e à eficácia das mudanças.

Os títulos indicam, em sua maioria, uma perspectiva crítica, questionando os efeitos negativos da Reforma, como, por exemplo, “A Cláusula Rebus Sic Stantibus na educação: a proposta do Novo Ensino Médio e o prejuízo cultural” (Packer, 2019), e “‘Novo’ Ensino Médio consubstanciado na Lei 13.415/17 e na BNCC: o prenúncio de uma tragédia anunciada” (Amancio, 2022). Ao utilizarem as expressões prejuízo e tragédia tendem a focar dificuldades, barreiras e complicações na proposta de reforma.

Quanto às palavras-chave, as que obtiveram maior destaque foram: Novo Ensino Médio, Política, Educação e Currículo. Essas palavras refletem a abrangência e a complexidade do tema, abordando-o sob diferentes perspectivas, desde a política educacional até as mudanças no currículo, além de nos sugerir que as dissertações e teses estão focadas em discutir aspectos diretamente relacionados à Reforma do Ensino Médio no Brasil, confirmando a relevância e a atualidade do tema no campo educacional. O Quadro 4 apresenta as principais palavras-chave utilizadas nos estudos analisados.

**Quadro 4** – Palavras-chave na categoria Novo Ensino Médio

Palavras-chave	Quantidade
<b>Categoria Novo Ensino Médio</b>	
Ensino Médio	10
Novo Ensino Médio	22
Reforma do Ensino Médio	10
Política	16
Educação	15
Currículo	14
Lei 13.415/17	6
BNCC	4

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

A intensidade das palavras “Novo Ensino Médio” sugere que as dissertações e teses estão focadas em discutir aspectos diretamente relacionados à Reforma do Ensino Médio no Brasil, confirmando a relevância e a atualidade do tema no campo educacional. Também evidenciamos que as produções acadêmicas tendem a abordar a Reforma como uma política pública, analisando seus desdobramentos, impactos e implicações no contexto educacional e social.

A maioria das pesquisas descreve em seus objetivos a necessidade de compreender o Novo Ensino Médio, abrangendo desde a sua origem como Medida Provisória, até sua aplicação nas escolas. O interesse também está relacionado à atualidade do tema e à experiência na área educacional, principalmente no Ensino Médio, dos pesquisadores. Para Lopes (2021, p. 15), o “interesse em desenvolver esta pesquisa surge da necessidade de obter conhecimento a respeito da realidade vivenciada por mim como professora de Geografia”. Já Machado (2022) justifica seu estudo pela necessidade de analisar a implementação das novas diretrizes curriculares, uma vez que identificou lacunas na produção acadêmica sobre o tema. De forma geral, os estudos que integram essa categoria assentam na relevância da pesquisa em atender anseios e inquietações profissionais e nas contribuições para o avanço do conhecimento sobre o Novo Ensino Médio.

No que se refere à metodologia, prevalecem estudos bibliográficos, de campo e documentais. As pesquisas documentais utilizaram documentos normativos, Resoluções, Portarias, Guias de Implementação e Documentos Orientadores que regulamentam a proposta do “Novo” Ensino Médio no âmbito federal, estadual e local, entre eles: Lei n. 13.415/2017, a PEC 55, BNCC, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), relatório do Banco Mundial “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, “Exposição de Motivos” que fundamentou a MP 746/2016, Referencial Curricular da Bahia, Resolução n. 3/2018, PL de 2013, dentre outros.

As pesquisas de campo fazem uso de entrevistas, questionários e observações e contaram com a participação de professores, coordenadores, estudantes, gestores e pais/responsáveis. No entanto, a presença dos professores nas pesquisas apresentou destaque, com 48%, seguido de gestores e coordenadores do Ensino Médio com 20% cada. Já os 12% restantes são direcionados a estudantes e pais. É possível identificar que as pesquisas focam nos atores escolares, marcadamente, aqueles que estão mais envolvidos com o processo de implementação da reforma.

Outro fator que foi possível identificar refere-se ao local das pesquisas de campo, o qual, em sua maioria, refere-se às escolas, especialmente as escolas-piloto. Para Neves (2021, p. 23), “[...] o discurso não se delimita no texto, ele é também prática, e nela, essa política é significada, é traduzida”. Dessa forma, as escolas, como espaços de materialização das políticas educacionais, permitem observar diretamente os desafios e as vivências dos atores envolvidos (professores, estudantes e gestores), proporcionando dados concretos sobre o impacto e as mudanças propostas.

## **FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE E O NOVO ENSINO MÉDIO**

A categoria Formação docente e discente e o Novo Ensino Médio contempla quatorze trabalhos, os quais enfocam tanto a formação continuada oferecida aos docentes, visando sua preparação para atuar nessa etapa da educação básica, quanto a formação direcionada aos discentes.

Na presente categoria, os anos de 2022 e 2023 tiveram maior índice de publicações acadêmicas, no entanto, o ano de 2023 se destaca, com dez produções. No que diz respeito ao local de publicação, os trabalhos são oriundos de cinco regiões brasileiras, como podemos observar no Quadro 5.

**Quadro 5** – Distribuição das pesquisas por Região, estados e IES

Região	Estado	Instituição de Ensino	Tese/ Dissertação	Quantidade
Sul	RS	UFSM	Tese Dissertação	3
	SC	UFSC	Dissertação	2
		FURB	Tese	1
		Unochapecó	Dissertação	1
	PR	Unioeste	Dissertação	1
		UTP	Tese	1
Total				9
Nordeste	BH	UESB	Dissertação	1
Sudeste	SP	Unicid	Dissertação	1
Centro- Oeste	MT	UFMT	Dissertação	1
Norte	AP	Unifap	Dissertação	1
	PA	UFPA	Dissertação	1

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

Observa-se que, além da concentração de publicações na Região Sul, é nessa mesma região que se localizam as teses vinculadas à categoria em análise. Especificamente, o estado de Santa Catarina concentra quatro pesquisas, seguido pelo Rio Grande do Sul, com três, todas realizadas na mesma instituição de ensino superior: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Os estudos da categoria foram em sua maioria dissertações, sendo 68% das produções, já os 32% representam as teses de doutorado. Quanto aos orientadores, houve destaque na presença feminina, com 59%, enquanto os orientadores do gênero masculino representaram 41% das pesquisas.

Das quatorze pesquisas analisadas, 92% indicam em seus títulos que o foco está na formação docente e abordam aspectos, como mudanças no trabalho, desafios enfrentados e capacitação dos professores. No entanto, esses estudos acabam por tratar, de forma indireta, da formação discente, dado o impacto advindo do NEM no currículo, no trabalho e na formação dos docentes. Os outros 8% dos estudos direcionam para a formação das juventudes, para as perspectivas e desafios da formação cidadã e profissional desses indivíduos.

A análise das palavras-chave presentes na categoria revelou que, além da expressão “Novo Ensino Médio”, que apresentou a maior incidência, destacaram-se também os termos “trabalho”, “política”, “formação” e “docente”, como é possível observar no Quadro 6.

**Quadro 6** – Palavras-chave na categoria Formação docente e discente em relação ao Novo Ensino Médio

Palavras-chave	Quantidade
Formação docente e discente em relação ao Novo Ensino Médio	
Novo Ensino Médio	11
Trabalho	8
Docente	7
Política	7
Formação	4
Reforma do Ensino Médio	4
Lei n. 13.415/17	2

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

O predomínio dessas palavras evidencia que as pesquisas investigam não apenas a estrutura e implementação do Novo Ensino Médio, mas as mudanças nas políticas educacionais e seus impactos diretos no trabalho docente. Esse enfoque sugere uma preocupação, por parte dos pesquisadores, em compreender como as reformas e as políticas influenciam nas condições de trabalho dos professores, bem como os desafios e adaptações que o NEM trouxe ao cotidiano escolar.

Observa-se que os objetivos das pesquisas, em sua maioria, além de analisar, buscam compreender o processo de formação docente e discente dentro do contexto da Reforma do Novo Ensino Médio. Esses estudos visam examinar as políticas que orientam a formação de professores e estudantes, contribuindo para melhor compreensão das políticas e diretrizes que influenciam o trabalho docente e o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

As pesquisas sobre a formação docente e discente e o Novo Ensino Médio indicam que as formações continuadas oferecidas aos professores com a intenção de prepará-los para a reforma foram insuficientes e pouco esclarecedoras. Por esse motivo, alguns professores foram em busca de formações para suprir a necessidade de apropriação desse conhecimento (Phillipps, 2023).

Além disso, revelam que as normativas do NEM emergem como forma de imposição e “[...] asseguram que o trabalho dos professores esteja em consonância com as metas e as diretrizes estabelecidas pelo setor empresarial” (Silva, 2023, p. 10). Considerando essa lógica, a proposta de formação continuada direcionada para os professores está alinhada aos interesses do capital e à necessidade do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o mercado.

A Reforma denomina os docentes do Novo Ensino Médio como “professores do século XXI”. Para Otálora (2022, p. 9),

o professor do século XXI, expresso nas disposições do Novo Ensino Médio, tem como principais determinantes os interesses advindos da reorganização produtiva do capitalismo mundial, demandando da escola a formação de jovens para se inserir no setor de serviços em relações formais ou informais de trabalho, e para conter as resistências e “explosões” juvenis, frente ao desemprego e falta de relações estáveis de trabalho. Deste modo, o professor do século XXI, se caracteriza pela artificialização do seu trabalho, sendo reconvertido, desintelectualizado, padronizado, responsabilizado, consequência de seu trabalho ser reduzido à figura de acompanhante do processo de formação dos estudantes.

Podemos perceber que esse rótulo de professor do século XXI está relacionado com interesses econômicos e sociais decorrentes da reorganização produtiva do capitalismo global. Entre os seus impactos, destacamos a perda de identidade e autonomia profissional e redefinição da própria função docente.

Para Eichner (2023), o Novo Ensino Médio surge como resposta à necessidade de um currículo e de um trabalho pedagógico que promovam uma ideologia individualista e meritocrática. Esse modelo busca ensinar os estudantes a serem flexíveis e adaptáveis ou, alternativamente, a se responsabilizarem pelo desemprego e pela precarização do trabalho, características presentes na atualidade.

Em relação aos aspectos metodológicos, prevalecem estudos baseados em documentos que orientam a implementação do Novo Ensino Médio. Algumas investigações também realizaram pesquisa de campo, utilizando variados instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, questionários, grupos focais, conversas individuais virtuais, rodas de conversa presenciais e observação da rotina docente.

## CURRÍCULO

A terceira categoria abrange os debates sobre os impactos da Reforma no currículo escolar. Intitulada “Currículo”, essa seção reúne trinta e nove trabalhos que tratam da Formação Geral Básica, dos Itinerários Formativos e da BNCC. No que diz respeito ao ano dessas pesquisas, identificamos que a maior concentração de publicações foi em 2023, com um percentual de 61%. Ainda, foi possível evidenciar um avanço considerável no aumento nas publicações nos anos de 2022 e 2023, especialmente voltadas às temáticas relacionadas à Formação Geral Básica e Itinerários Formativos. Esse crescimento pode estar atrelado à Implementação da BNCC e dos currículos estaduais.

O local de maior incidência das teses e dissertações agrupadas nessa categoria encontra-se no estado do Rio Grande do Sul, concentrando 15% das pesquisas. Contudo, se observarmos por região, quem se destaca é a Região Nordeste, com 12 pesquisas, dentre as quais cinco são teses. O segundo fica para a região Sul, com onze pesquisas, sendo somente uma tese. No Quadro 7, é possível observar a distribuição das pesquisas por Região, estados e IES.

**Quadro 7** – Distribuição das pesquisas por Região, estados e IES

Região	Estado	Instituição de Ensino	Tese/ Dissertação	Quantidade
Sul	RS	URI Erechim	Dissertação	1
		Unisinus	Dissertação	1
		URI/FW	Dissertação	1
		Universidade La Salle	Tese Dissertação	2
		Ulbra Canoas	Dissertação	1
	SC	UDESC	Dissertação	1
		Univille	Dissertação	1
		FURB	Dissertação	1

	PR	Unioeste	Dissertação	1	
		UFPR	Dissertação	1	
Total				11	
Nordeste	BH	UFBA	Tese	2	
	RGN	UFRN	Dissertação	1	
		UERN	Dissertação	1	
		UFS	Tese	1	
	SE	UIT	Dissertação	1	
		CE	Fafidam/UECE	Dissertação	1
			UECE	Tese	1
	UFC		Dissertação	1	
	AL	UFAL	Tese Dissertação	3	
Total				12	
Sudeste	SP	Unesp	Dissertação	1	
		Uninove	Tese	1	
		PUC-SP	Tese	1	
		Unifesp	Dissertação	1	
	ES	UFES	Dissertação	3	
	RJ	UERJ	Dissertação	1	
	MG	UFJF	Dissertação	1	
		PUC Minas	Dissertação	1	
Total				10	
Centro-Oeste	GO	UFG	Tese Dissertação	2	
		Facmais	Dissertação	2	
Total				4	
Norte	PA	UFPA	Dissertação	2	

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

A partir da análise do quadro é possível perceber algumas instituições de ensino com recorrência nas produções, como podemos citar: na região Sul a Universidade La Salle; na região Nordeste a Universidade Federal de Alagoas (UFAL); na região Sudeste, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na região Centro-Oeste, a Faculdade Mais de Inhumas (FACMAIS) do estado de Goiás; e na região Norte, a Universidade Federal do Pará.

O predomínio de orientadores do gênero feminino revela um percentual de 58%, o que reflete o histórico de inserção das mulheres na área da educação e seu progresso em posições acadêmicas elevadas. Esse avanço é evidenciado pelo número de professoras doutoras, que possuem a qualificação necessária para orientar pesquisas de mestrado e doutorado.

Outro ponto que converge na categoria refere-se ao predomínio de dissertações, sendo 79% do total da amostra. Uma possível justificativa dessa disparidade seria que o Brasil possui uma quantidade significativamente maior de programas de mestrado em comparação com os de doutorado, o que resulta, naturalmente, em uma produção mais volumosa de dissertações. A quantidade reduzida de teses de doutorado pode indicar que há potencial para um desenvolvimento mais profundo e contínuo de pesquisas nessa área.

Diante dos títulos das pesquisas, foi possível verificar que 33% apresentam posição contrária à Reforma e às suas mudanças. Esse aspecto pode ser observado nos títulos dos trabalhos, a exemplo: “O (não) lugar da sociologia”; “‘Novo’ ensino médio”; “Dualidade reificada”; “(de)formação”; “(im)possibilidades”; “Redesenho curricular inovador”; entre outros.

No que diz respeito às palavras-chave mais frequentes nas pesquisas analisadas, identificamos que o termo “Ensino Médio” apresenta a maior incidência, antecedido pelas palavras “Reforma” ou “Novo”, situação que revela que o foco predominante das pesquisas está relacionado à Reforma do Ensino Médio e suas diversas nuances, mostrando o interesse acadêmico em compreender e discutir as transformações recentes ocorridas nessa etapa da educação. O Quadro 8 apresenta as palavras-chave encontradas na categoria, divididas pelas subcategorias, para melhor compreensão e análise.

**Quadro 8 – Palavras-chave na categoria Currículo**

Palavras-chave	Quantidade
<b>Subcategoria Formação geral básica</b>	
Ensino Médio	6
Novo Ensino Médio	8
Reforma do Ensino Médio	4
Sociologia	4
Educação física	6
Filosofia	5
<b>Subcategoria Itinerários formativos</b>	
Ensino Médio	2
Novo Ensino Médio	9
Reforma do Ensino Médio	2
Projeto de vida	7
Juventudes	4
<b>Subcategoria BNCC</b>	
Ensino Médio	2
Novo Ensino Médio	3
Reforma do Ensino Médio	1
Currículo	3

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

Dentro da classificação das palavras-chave é relevante destacar as subcategorias, pois elas evidenciam de maneira secundária padrões e tendências importantes que colaboram com a pesquisa e têm um papel significativo na construção do conhecimento.

Na categoria de Formação Geral Básica, as palavras-chave que se destacaram foram “Educação Física”, mencionada seis vezes; “Filosofia”, com cinco ocorrências; e “Sociologia”, com quatro menções. O destaque dado a essas palavras-chave sugere uma preocupação por parte dos pesquisadores com o possível esvaziamento do currículo, uma vez que a Reforma abriu espaço para que tais disciplinas fossem tratadas de forma secundária ou opcional, dependendo da organização do itinerário formativo escolhido pelo estudante.



Além disso, a recorrência dessas palavras sugere que, ao reduzir a centralidade dessas disciplinas, a Reforma do Ensino Médio está sendo percebida pela comunidade acadêmica como um retrocesso. O enfraquecimento das áreas do conhecimento que promovem a reflexão crítica sobre o corpo, o pensamento e a sociedade indicam que “tais interesses estão a serviço do capitalismo, na medida em que priorizam a formação técnica e parcial voltadas apenas para a atuação do sujeito no mercado de trabalho” (Castro, 2022, p. 147), o que nos leva a questionamentos sobre os reais objetivos da reforma.

Para Gave (2022), o ensino de Filosofia no ensino médio desempenha um papel importante, ao incentivar os alunos a questionarem os acontecimentos políticos e culturais que os cercam, permitindo que desenvolvam uma visão crítica a respeito da realidade; dessa forma, sua retirada do currículo intenciona o desejo de que esses conhecimentos não sejam adquiridos pelos estudantes.

No contexto da subcategoria que explora os Itinerários Formativos, a expressão Projeto de Vida se destaca, aparecendo sete vezes. Essa frequência pode ser compreendida em razão da centralidade desse conceito na recente Reforma educacional. É importante mencionar que o Projeto de Vida é objeto de inúmeras críticas, conforme Silva (2023, p. 87):

O componente curricular projeto de vida tem um escopo amplo e ambicioso que excede o espaço escolar e, sobretudo, a ação pedagógica do docente que, nessa perspectiva, deve acompanhar individualmente cada estudante. Além de ser um componente curricular com extrema carga individualista, o que fere o princípio político-pedagógico da educação, almeja um ideal que não tem sustentação na prática social. No limite, a escola passa pelo risco imediato de produzir frustrações e desencantamentos na vida dos jovens, além de favorecer o mal-estar docente. Podemos afirmar que o componente curricular projeto de vida, na perspectiva da reforma, é um ensaio de pedagogização das incertezas que acometem a sociedade, em especial, as vidas das juventudes.

O componente curricular Projeto de Vida, embora mencionado pelos pesquisadores como uma das inovações da Reforma do Novo Ensino Médio, não atendeu de forma satisfatória às expectativas dos estudantes e educadores, pois em vez de apoiar os jovens em sua realidade concreta, acaba impondo expectativas que ignoram as condições estruturais e sociais, o que favorece o desencantamento e a frustração, tanto dos estudantes quanto dos docentes.

Quanto à subcategoria BNCC, a palavra-chave predominante é Currículo, seguida de empregabilidade, competência e organismos internacionais. A partir desse conjunto de palavras, podemos perceber que a BNCC se insere em um contexto amplo de reconfiguração curricular, que busca alinhar a educação brasileira às exigências do mercado de trabalho, por meio de competências e habilidades, e às diretrizes de organismos internacionais.

O predomínio dos verbos analisar e compreender nos objetivos revela que as pesquisas cujo objetivo geral inicia com o verbo “analisar” tendem a focar no aprofundamento das mudanças trazidas pela Lei n. 13.415/2017, especialmente no que se refere aos itinerários formativos, à BNCC e às disciplinas impactadas pela reforma. Esses estudos também se dedicam à investigação das implicações desse novo modelo de ensino para os principais atores envolvidos no processo, quais sejam: professores e estudantes. Além disso, buscam examinar de forma crítica os discursos

e os significados atribuídos às mudanças curriculares propostas, bem como suas possíveis repercussões para a educação.

Quanto aos aspectos metodológicos, assim como nas demais categorias, predominam os estudos documentais. A pesquisa documental foi utilizada em 61% dos trabalhos analisados. Esse predomínio pode ser explicado em razão das diretrizes do Novo Ensino Médio serem estruturadas por legislações e normativas, o que requer que os pesquisadores acessem esses documentos para analisar as mudanças propostas.

A maioria das pesquisas revela em seus resultados a presença de interesses empresariais na definição do currículo do Novo Ensino Médio, sendo esses, muitas vezes, usados sob o discurso de modernização do ensino (Bento, 2020). Os estudos, ainda, demonstram a resistência por parte dos pesquisadores em relação ao currículo proposto para o Novo Ensino Médio. Além disso, apontam, como uma de suas principais contribuições, a conscientização a respeito da necessidade de melhorias no sistema educacional, destacando a importância de mobilizações e resistências como formas de enfrentamento às imposições estruturais presentes no processo de reforma.

Diante do contexto, concluímos, com base nos estudos analisados na categoria, que o currículo do Novo Ensino Médio, composto pela formação geral básica e por itinerários formativos, apresenta muitos desafios. A falta de obrigatoriedade de algumas disciplinas pode resultar em uma educação superficial, uma vez que as habilidades essenciais não são desenvolvidas de forma adequada, como é o caso da disciplina de Filosofia que, segundo Rocha (2022, p. 137), “tem seu ensino ameaçado, pela evidente política de educação que visa formação técnica do educando para o mercado de trabalho, [...] o qual marginaliza o ensino de disciplinas não pragmáticas e, conseqüentemente, não necessárias à esse tipo de formação”.

## **EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO/ EMPREENDEDORISMO**

Por fim, a quarta categoria contempla produções que investigam a articulação entre educação e mercado de trabalho. Intitulada “Educação para o trabalho/empreendedorismo”, essa categoria reúne quinze pesquisas. Deste total, seis estudos foram publicados no ano de 2023. Esse aumento pode estar relacionado à intensificação das reformas educacionais e à implementação de diretrizes mais voltadas à educação ao trabalho.

O aumento das publicações ao longo dos anos aponta para uma crescente preocupação e foco da academia em investigar como as políticas educacionais estão preparando os estudantes para o mercado de trabalho e para as práticas empreendedoras. Isso também pode ser visto como resposta às demandas sociais e econômicas contemporâneas, que exigem uma educação mais alinhada com as competências necessárias para o mundo do trabalho.

Quanto ao local das pesquisas, os estados do Rio de Janeiro e Alagoas se destacam com três publicações cada um, enquanto as demais se distribuem pelas outras regiões, como podemos observar no Quadro 9.

**Quadro 9** – Distribuição das pesquisas por Região, estados e IES

Região	Estado	Instituição de Ensino	Tese/ Dissertação	Quantidade
Sul	RS	Unilasalle	Dissertação	1
	SC	UDESC	Dissertação	2
	PR	UEM	Dissertação	1
		UFPR	Tese	1
Nordeste	CE	UECE	Dissertação	1
	AL	UFAL	Tese Dissertação	3
Sudeste	SP	Unifesp	Dissertação	1
	RJ	UERJ	Dissertação	1
		UFRRJ	Dissertação	1
		UFRJ	Dissertação	1
	MG	Univás	Dissertação	1
Centro-Oeste	GO	UFG	Dissertação	1

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

Conforme observado, as regiões Sul e Sudeste se destacam por apresentarem o maior número de publicações, totalizando cinco produções distribuídas em diferentes estados destas regiões. Outro aspecto relevante é na região Nordeste, que apresentou quatro produções, das quais três são provenientes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), instituição já identificada nas categorias anteriores pela publicação de teses e dissertações.

Nessa categoria, observa-se a predominância de pesquisas de mestrado, que representam 86% das produções, demonstrando o papel relevante que esses trabalhos ocupam na produção acadêmica sobre o tema. Além disso, destaca-se a expressiva participação feminina na orientação das pesquisas, com 73% dos estudos conduzidos por mulheres.

Em relação aos títulos das pesquisas, esses indicam a atuação de organismos internacionais na formulação e implementação de políticas para a reforma, como é o caso da pesquisa de Souza (2021), em que seu título se refere à atuação do Banco Mundial na política do Novo Ensino Médio. No estudo de Moraes (2023), o título é “O Movimento pela Base e a (Con)Formação da Classe Trabalhadora no Novo Ensino Médio”, e o de Andrade (2020) “Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro”.

De acordo com Santos (2023), a implementação do Novo Ensino Médio foi intensamente influenciada pela atuação do Banco Mundial, que orientou a política educacional por meio de uma diretriz economicista e privatista. Essa abordagem prioriza a formação de capital humano, meritocracia, flexibilização curricular, educação ao longo da vida, tecnologia e inovação, em detrimento da formação humanística.

Nesse contexto, a visão educacional promovida pelo Banco Mundial, fundamentada na Teoria do Capital Humano, é adotada pelo governo brasileiro, uma vez que ambos compartilham a ideia de que os indivíduos são responsáveis por sua própria formação, empregabilidade, bem-estar e pelo desenvolvimento econômico do país (Souza, 2021).

Em relação às palavras-chave da categoria em análise, além das palavras “Novo Ensino Médio” e “Reforma do Ensino Médio”, emergiram outras palavras que indicam a direção das pesquisas, conforme observamos no Quadro 10, a seguir.

**Quadro 10** – Palavras-chave na categoria Formação para o trabalho/empreendedorismo

Palavras-chave	Quantidade
<b>Categoria Formação para o trabalho/empreendedorismo</b>	
Novo Ensino Médio	6
Reforma do Ensino Médio	4
Política	4
Empreendedorismo	4
Capital	3
Neoliberalismo	2
Banco Mundial	2
Crise	2
Contrarreforma	2
Formação	2
BNCC	2
Educação	1
Trabalho	1

Fonte: as autoras, a partir de dados da pesquisa.

O Quadro demonstra a presença das palavras empreendedorismo e política, além dos termos neoliberalismo e Banco Mundial. Essas palavras indicam que organismos internacionais, como a OCDE, Unesco e Banco Mundial, exercem significativa influência na formulação do consenso global sobre as diretrizes da gestão educacional, especialmente em países em desenvolvimento, nos quais suas recomendações políticas têm um impacto substancial na orientação das reformas educacionais (Kossak, 2020).

As pesquisas destacam nos objetivos a presença do Banco Mundial, assim como de outros organismos privados, como o Instituto Ayrton Senna, que desempenham papel significativo em pensar uma educação atrelada aos preceitos de mercado.

No entanto, as pesquisas mencionam também a atuação de outros organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de parcerias que exerceram forte influência nos arranjos curriculares desenvolvidos, como a SEEduc/RJ e o Sebrae (Kossak, 2020).

A maioria dos estudos da categoria, 80%, utilizaram pesquisa documental. Nessas pesquisas foram analisados documentos legais e normativos, como a LDB, a BNCC, a Lei n. 13.415/2017, diretrizes curriculares nacionais, pareceres do Conselho Nacional de Educação

(CNE), normativas estaduais, além de materiais do Movimento Pela Base, relatórios do Banco Mundial, Projetos Pedagógicos de Cursos técnicos, anais das Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), publicações da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e conteúdos de redes sociais e plataformas digitais de pesquisa.

Com base na sistematização e análise das quatro categorias apresentadas, a seguir as considerações finais do estudo, com destaque para os principais achados, lacunas e recomendações futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica sobre o Novo Ensino Médio (2018-2023) revela um crescimento expressivo de estudos em 2022 e 2023. Esse aumento evidencia a atualidade e centralidade do tema no debate educacional brasileiro. A concentração dessas pesquisas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, indica desigualdades regionais na agenda investigativa, possivelmente relacionadas a maior presença de Programas de Pós-Graduação nessas localidades.

As produções acadêmicas analisadas demonstram um posicionamento crítico por parte dos pesquisadores, que expressam forte insatisfação com os rumos da Reforma do Ensino Médio. Destacam-se, entre as críticas, as limitações e os impactos negativos da Lei n. 13.415/2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa da educação básica. Por outro lado, os estudos também apontam caminhos alternativos, propondo modelos de educação mais inclusivos, integrais e críticos, contrapostos à lógica dominante, voltada ao mercado de trabalho e em prejuízo da formação cidadã e humanizadora.

Apesar da riqueza dos achados, algumas lacunas se sobressaem: há um número ainda reduzido de pesquisas sobre a formação de professores e estudantes, bem como sobre a articulação entre educação, trabalho e empreendedorismo – aspectos estruturantes do Novo Ensino Médio. Soma-se a isso o predomínio de abordagens documentais, em detrimento de estudos empíricos com sujeitos diretamente impactados pela reforma. Por isso, sugere-se que futuras investigações ampliem o uso de pesquisas de campo, com vistas a incorporar a escuta de estudantes, famílias e gestores escolares e aprofundar a compreensão sobre os efeitos concretos da política.

Este estudo contribui ao sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica recente sobre o Novo Ensino Médio, oferecendo um panorama das principais abordagens, lacunas e tendências investigativas. Tais elementos podem subsidiar tanto pesquisadores quanto formuladores de políticas públicas na revisão crítica da reforma educacional em curso.

Reconhece-se, como limitação, o recorte exclusivo em dissertações e teses disponíveis na base de dados da Capes, o que possivelmente restringiu a diversidade metodológica, temática e regional dos estudos analisados. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação das fontes, incluindo artigos científicos, capítulos de livros e outras bases acadêmicas.

Por fim, o balanço realizado reforça a necessidade de uma vigilância crítica e permanente a respeito das políticas educacionais, especialmente aquelas que incidem diretamente sobre a formação das juventudes brasileiras. Nesse cenário, a produção acadêmica desempenha papel

fundamental ao denunciar retrocessos, propor alternativas e contribuir para a construção de uma escola pública democrática e de qualidade socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

- AMANCIO, Nivania Menezes. **O “novo” ensino médio consubstanciado na Lei 13.415/17 e na BNCC: o prenúncio de uma tragédia anunciada.** 2022. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 17 set. 2024.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)
- ANDRADE, Maria Carolina Pires de. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2020/dMaria%20Carolina%20Pires%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de L. de A. Rego; A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).
- BENTO, Jacyelle Karinne. **O Discurso da Base Nacional Comum Curricular: “Educação É A Base”.** Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 17 set. 2024.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)
- BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm?msclkid=99fb7879d0c211ec91a329a85274182b](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm?msclkid=99fb7879d0c211ec91a329a85274182b). Acesso em: 24 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei 14.945, de 31 de julho de 2024.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei n. 9.394/96,** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 dez. 2023.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 5.230/2023.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2399598>. Acesso em: 6 mar. 2024.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 6.840-A, de 2013.** Da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F0527](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F0527)



[2A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filename=Avulso+-PL+6840/201](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)  
Acesso em: 22 ago. 2024.

CASTRO, Valeska Mariano de. **A fragmentação da relação entre sociologia e educação no contexto da BNCC e do chamado Novo Ensino Médio**: um estudo ancorado na crítica marxista. Orientação: Ruth de Paula Gonçalves. 2022. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

CENTENARO, Junior Bufon. **Da Lei n. 13.415/2017 ao Referencial Curricular Gaúcho do Novo Ensino Médio**: Processos de Recontextualização. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

EICHNER, Ânthonny Scapin. **“Novo” ensino médio e trabalho pedagógico na rede estadual do Rio Grande do Sul**: impactos na formação da força de trabalho no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

GAVE, Viviane Vaz. **Filosofia no ensino médio**: As intermitências da política educacional brasileira. Orientadora: Sandra Soares Della Fonte. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

KOSSAK, Alex. **Contextos contemporâneos e demandas populares dissertação novo ensino médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

KOZAKOWSKI, Sandra Mara de Moraes. **A Implementação do “Novo” Ensino Médio no Município de Terra Roxa**: Texto e Contextos Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

LINO, Lucília Augusta; ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Processos de (de)formação de professores: (des)caracterização, (des)profissionalização, (des)humanização. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 43, n. 121, p. 90-100, set./dez. 2023.

LOPES, Maria de Lourdes Ferreira de Macedo. **Reforma do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul**: materialização da Lei n. 13.415/2017 nas escolas piloto do município de Dourados-MS. 2021. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

MACHADO, Ana Paula Silva. **Início do processo de implementação do novo ensino médio no Distrito Federal (2017-2022)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Consulta pública online Ensino Médio**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/ensino-medio>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MORAIS, Samara Madureira. **O Movimento Pela Base E A (Con)Formação da classe trabalhadora no Novo Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

MUCH, Liane Nair. **Desafios e possibilidades para a Implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23606/TES\\_PPGEDUCACAO\\_2021\\_MUCH\\_LIANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23606/TES_PPGEDUCACAO_2021_MUCH_LIANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 dez. 2024.

NEVES, Emanoela Batista. **Traduções do Novo Ensino Médio no instituto federal Baiano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2021/04/EMANOELA-BATISTA-NEVES.pdf> Acesso em: 18 dez. 2024.

OTÁLORA, Gabriel Felipe Sánchez. **O “Professor do Século XXI”: seus principais determinantes e sua caracterização em face do Novo Ensino Médio (2016-2022)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

PACKER, Amílcar Douglas. **A cláusula rebus sic stantibus na educação: a proposta do Novo Ensino Médio e o prejuízo cultural**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7725533](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7725533). Acesso em: 18 dez. 2024.

PHILLIPPS, Sandra. **Formação Continuada de Professores Paranaenses no Contexto da Reforma do Novo Ensino Médio (2016-2023)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

ROCHA, Raryson Maciel. **O “Novo” Ensino Médio e os (Im)Possíveis impactos no ensino de filosofia nas escolas estaduais da cidade de Breves-Marajópará: Uma análise da Lei 13.415/2017 e do DCEPA em interface com a perspectiva docente de nível médio**. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 17 set. 2024.

SANTOS, Geisa Ferreira dos. **“Novo Ensino Médio” no contexto de neoliberalismo: educar para o desemprego**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, Asenate Rodrigues E. **O Novo Ensino Médio no Espírito Santo: o componente curricular projeto de vida na formação dos jovens**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13731917](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13731917). Acesso em: 11 set. 2024.

SOUZA, Danielle Cappellazzo Soares de. **Gestão em educação política educacional do novo ensino médio**: a atuação do Banco Mundial. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!>. Acesso em: 17 set. 2024.

Recebido em: 28 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 10 de julho de 2025